

MEMÓRIAS DA SAÚDE CARIOCA

EPISÓDIO 3: HOSPITAL MUNICIPAL SOUZA AGUIAR - CENTRO

Por Daniel Sampaio / SMS



Foto encontrada em notícia do periódico do Porto Maravilha, tendo em vista a realização de apresentação da CCPAR em videoconferência para explicar o projeto de PPP com o hospital,

O Complexo Hospitalar Municipal Souza Aguiar é um verdadeiro colosso sanitário de nossa cidade. Não apenas por sua grandiosidade ou tradição. É, na verdade, a maior emergência do Rio de Janeiro (e da América do Sul, aliás). Além do Hospital Geral (que chamamos de Souza Aguiar), outras instalações perfazem o complexo, como a Maternidade Maria Amélia Buarque de Holanda, e o Centro de Emergência Regional (CER), que atende o Centro.

Recentemente, a Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPAR) realizou apresentação defendendo o estabelecimento de Parceria Público-Privada, que prevê investimentos de mais de R\$ 746 milhões de reais, durante 32 anos. Após concorrência pública, a empresa vencedora se comprometeria a modernizar as instalações prediais e, quanto à prestação de serviços junto ao hospital, realizaria os estritamente não essenciais.

Verdade seja dita, as mudanças parecem estar gravadas na história, na memória e — por que não — no destino desse lugar de tanta importância para cariocas, fluminenses e até outros brasileiros. Estão prontos para uma viagem no tempo na qual descobriremos os antecedentes históricos desse hospital e de seus arredores, sobretudo do Campo de

Santana — logradouro de importância política e histórica para o Rio e para o Brasil; um lugar em constante mutação?

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA REGIÃO



Planta da cidade, Luís dos Santos Vilhena, 1775. As quatro colinas delimitam o núcleo urbano. (Divisão de Cartografia/Fundação Biblioteca Nacional)

Prepare-se para desbravar o Campo de Santana, desde seus tempos pantanosos, quando aquela área era toda “semeada de charcos, brejos e alagados”, até seu passado glorioso, de aclamações e proclamações.

Segundo Vivaldo Coaracy, em seu livro “Memórias da Cidade do Rio”, o vasto campo desde a Rua da Vala (atual Rua Uruguaiana) até o Mangal de São Diogo (Cidade Nova) era conhecido como “Campo da Cidade”. Também era conhecido como “Campo de São Domingos”, devido à capelinha em devoção a São Domingos de Gusmão, que havia sido construída, em 1706, fora dos limites da então cidade, em um descampado pantanoso, na atual confluência das avenidas Presidente Vargas e Passos (capela que depois deu lugar a igreja que foi demolida nos anos 1940 para dar lugar à grande avenida).

Maria Fernanda Bicalho, em seu livro “A Cidade e o Império - o Rio de Janeiro no século XVIII”, de 2003, relata que aquela região “servia de refúgio para negros fugidos, soldados desertores, pessoas vadias e criminosos de todo tipo”. Não à toa, era também ali que tantas irmandades católicas criadas por pardos, pretos livres e escravizados escolhiam construir suas capelas e igrejas (um exemplo é a Igreja de N. S. do Rosário, de 1725 — erguida na então Rua da Vala, atual Rua Uruguaiana, praticamente nos limites da cidade civilizada).

Com a urbanização desse grande vazio pantanoso, por meio de uma seqüência de aterros, no século XVIII, sobraram três espaços livres: o Rossio Grande (Praça Tiradentes), o Largo de São Francisco de Paula e o Campo de Santana, que ganhou essa denominação em 1753, por causa da irmandade dedicada à Santana, fundada na capela de São Domingos e que ao final daquele século teria seu próprio templo no local onde foi erguida a estação ferroviária Dom Pedro II (depois demolida, nos anos 1940, para dar lugar à Central do Brasil).



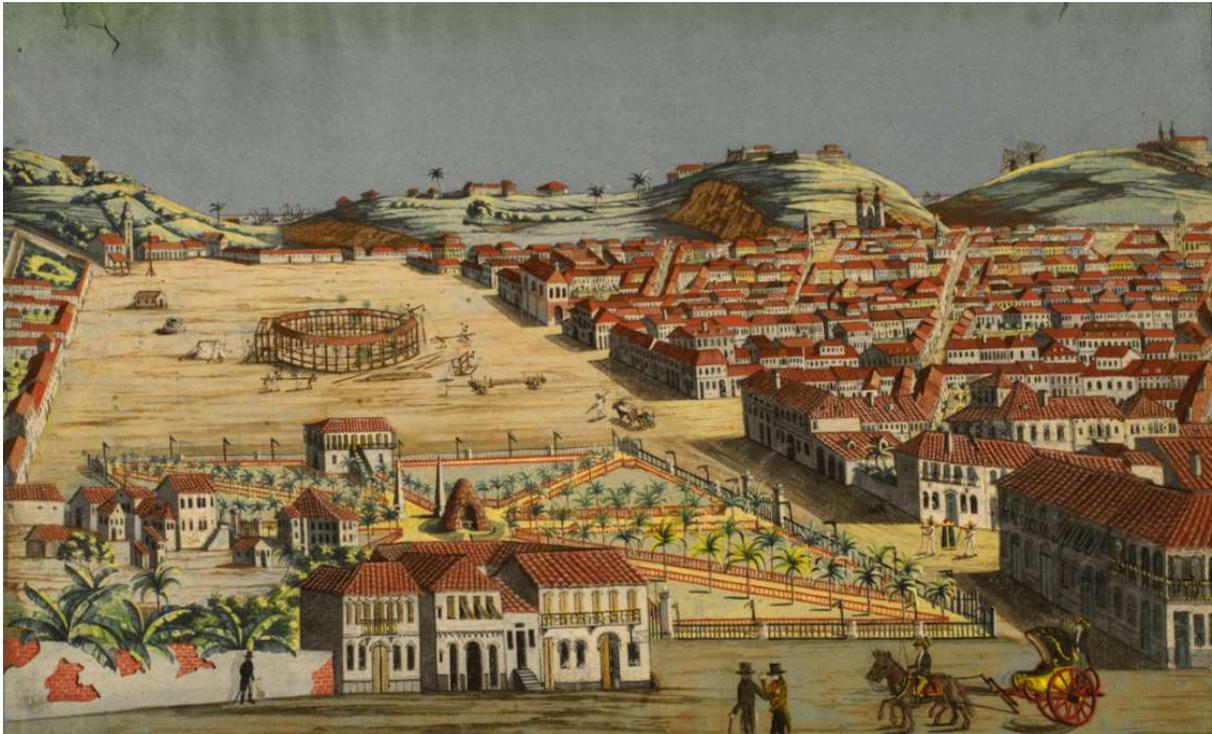
Igreja de Sant'Anna no Campo de Sant'Anna. Aquarela de Thomas Ender, 1817. Acervo Biblioteca da Akademie der Bildenden Künste, Viena, Áustria

Com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, em 1808, o Rio torna-se a capital do Império Ultramarino Português e, entre inúmeras transformações urbanas, políticas, econômicas e sociais, passa a contar com considerável contingente militar, tendo em vista sua inédita posição de capital europeia do outro lado do Atlântico. Como consequência disso, o Campo de Santana torna-se lugar de manobras e exercícios militares e, nos anos seguintes à chegada da Coroa, um Quartel General é ali construído (entre 1811 e 1818).

Além disso, a criação do Reino Unido em 1815 traz ao Campo de Santana prédios públicos em padrões jamais vistos até então. São dessa época o Museu da Casa da Moeda do Brasil (antigo Museu Real, de 1818), a Faculdade Nacional de Direito da UFRJ (antigo Palácio Conde dos Arcos, de 1818, também Senado Imperial e Federal), o Quartel General do Exército (1811), entre outros.

Também é dessa época a construção da sua arena de touradas, famosíssima no Brasil Imperial. A arena do Campo de Santana havia sido construída para as comemorações de Coroação do Rei D. João VI, em 1818. As touradas eram eventos extremamente populares,

considerando-se que os desportos modernos ainda não faziam parte da nossa cultura. Misturavam atrações musicais e até circenses nos intervalos.



Campo de Santana. Franz Josef Fröhbeck - 1817 - acervo da Sociedade Hispânica de Nova York

Para incentivar a frequência da população em geral, os organizadores de touradas de tudo faziam para atrair sobretudo aqueles de alta estirpe. A presença deles já era a melhor das propagandas; a solução era torná-las eventos sociais, com muito entretenimento civilizado e elegante, à moda europeia.

Mas e o Imperador e sua família? Será que já “deram as caras” em uma dessas touradas? Por mais que as touradas fossem antigas e relevantes tradições ibéricas — o que por si só já justificaria que a Família Imperial lá fosse dar o seu ar da graça prestigioso —, o lado humanista e civilizatório de D. Pedro II sempre falou mais alto. O Imperador nunca pôs os pés em uma tourada no Rio, nem mesmo quando eram grandes eventos em homenagem a efemérides da vida de Sua Majestade Imperial.

Além do Campo de Santana, havia arenas perto do Gasômetro, em Laranjeiras (Rua Ipiranga), na Rua Marquês de Abrantes (em espaço vazio que chamavam de circo). Em 1908, o governo republicano vetou essa atividade de vez. Estava em ascensão, naquela época, um tal esporte bretão que acabou por tomar nosso povo de assalto.

O CAMPO DA ACLAMAÇÃO



Aclamação de D. Pedro I, Imperador do Brasil, em 12 de outubro de 1822 - gravura de Jean-Baptiste Debret (1839) - acervo da Fundação Biblioteca Nacional

Apesar de pouco debatido, parece coerente pensar que o que ocorreu no Rio de Janeiro no dia 12 de outubro de 1822 foi o que mudou tudo para os rumos da nossa independência; muito mais do que o Dia do Fico, em 9 de janeiro de 1822, e até mesmo mais do que o Grito do Ipiranga – que até hoje ninguém sabe se aconteceu mesmo.

D. Pedro comemorava seu aniversário naquele 12 de outubro, justo ao retornar da Província de S. Paulo (onde teria dado o "Grito do Ipiranga"). Ao chegar à Corte, foi sagrado "Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil". Nas sacadas do então Palácio Conde dos Arcos (atual Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, em uma das laterais do Campo de Santana), o ainda Príncipe do Brasil, acompanhado de sua esposa, D. Maria Leopoldina de Habsburgo, é aclamado pela multidão que ocupava o Campo de Santana praticamente inteiro. Foi a famosa Aclamação de D. Pedro I, o grande momento popular, verdadeiro e legitimante que o então Príncipe precisava para dar passos mais firmes em direção à emancipação do Brasil.

Vale dizer que, a partir daí, o Campo de Santana ficou, obviamente, conhecido como Campo da Aclamação.

UM CAMPO DE FESTA E DETRITOS

Com o crescimento da cidade, o Campo de Santana vai-se consolidando como um espaço onde não se construiria nada, uma área aberta, descampada por vocação. No máximo, estruturas temporárias e comemorativas foram erguidas nesse espaço tão especial, feito sob medida para os muitos festejos da nobreza, do povo, dos militares e da Igreja. Mas toda essa especialidade não salvou o Campo de Santana do pior dos destinos: ser um vazadouro de detritos.

Assim como se usava livremente a Baía de Guanabara, ou qualquer corpo hídrico, como local para despejo de lixo de todas as espécies, o Campo de Santana também acabou virando latrina. Segundo a arquiteta Claudia Brack Duarte, em seu artigo de 2015 intitulado “Campo de Santana: no século XXI como no século XVIII - de volta à condição de refúgio dos excluídos” os resíduos eram usados “com o intuito de ‘aterrar’ alagadiços e áreas sujeitas a inundações”.

Aparentemente, as dimensões do Campo de Santana favoreciam “a dissipação dos gases e cheiros provenientes, pouco incomodando a população rarefeita do entorno”. É o que provavelmente explica a tolerância de importantes instituições e ricos e influentes cidadãos que viviam em seu entorno ao descarte de lixo e esgoto em sua vizinhança.

Em seu livro de 1944, “O Parque da República, antigo da Aclamação”, Francisco Agenor de Noronha Santos deixa bem claro que “o Campo continuou como vazadouro de todas as imundícies da circunvizinhança”.

Outra preocupação eram os ditos “desocupados” e “malfeitores”, que, segundo documentos policiais, depredavam a já escassa arborização do campo. Segundo Noronha Santos, “*a esses indivíduos aliavam-se comumente mendigos, ladrões e capueiras, muitos deles negros escravizados, que não só destruíam as árvores, como praticavam no campo as maiores indignidades, apesar da repressão exercida pela polícia contra capueiras e escravos, com os açóites e as célebres surras de camarão*”.

Devido a uma seca muito extrema no ano de 1809, entendeu-se necessária a construção de um chafariz no Campo de Santana, que foi feito usando as águas do Rio Comprido. Em 1818, foi inaugurado o “Chafariz das Lavadeiras”, feito de pedra. Esse tipo de construção era de extrema importância para o povo na época. Não havia na Corte um sistema de abastecimento. Estima-se que, em 1836, o “Chafariz das Lavadeiras”, no Campo de Santana, fosse responsável por abastecer mais de 2 mil lavadeiras, garantindo seu sustento.

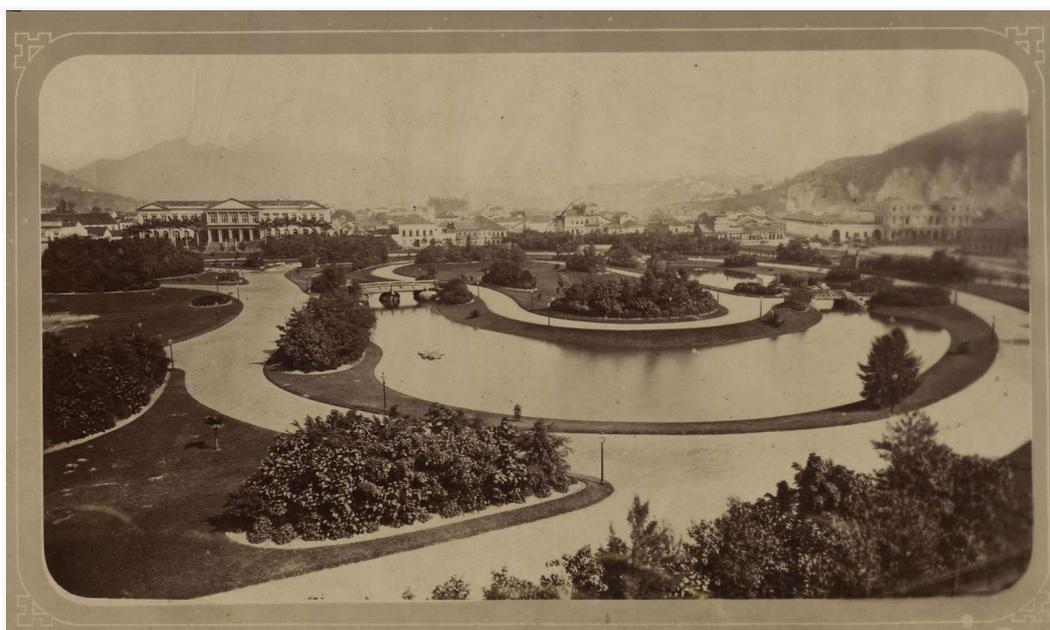
Em 1843, Henrique Beaurepaire Rohan, engenheiro militar e Diretor de Obras Municipais do Município da Corte, propõe à Câmara Municipal um documento destinado às obras que “interessam à salubridade pública” e “aformoseamento do município e cômodo de seus habitantes”. O capítulo destinado às praças começa afirmando a importância do Campo da Aclamação.

Em 1869, vem a solução. O Imperador D. Pedro II convida o paisagista e horticultor francês Auguste Glaziou a ser o diretor de Parques & Jardins da Casa Imperial. A razão do convite foi o seu primoroso trabalho realizado no paisagismo da Quinta da Boa Vista, na reforma do Passeio Público e na idealização dos jardins no Palácio de Nova Friburgo (atual Palácio do Catete). Tendo aceitado o convite, pouco tardou para que Glaziou ficasse conhecido como “o paisagista do Imperador”.



Planta mais antiga do projeto de Glaziou para o Campo de Santana, sem data. Acervo: Arquivo Técnico da FPJ. Fonte: paisagemcarioca.rio.rj.gov.br / Projeto para o Campo de Santana, circa 1870-80 (Fundação Parques e Jardins, Prefeitura RJ)

O que Glaziou fez foi transformar o antigo Campo da Aclamação em um jardim paisagista moderno, com cursos d’água, pontes, grutas, cascatas e muitos ornamentos em ferro fundido. O atual Campo de Santana foi inaugurado em 1880, após oito anos de obras.



Ferrez, Marc. 1880 circa. Para o Campo da Aclamação Glaziou pensou um paisagismo que usava o Morro do Senado à direita, como fundo. Coleção D. Teresa Cristina Maria - Biblioteca Nacional

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA



Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889 / Óleo em canva por Benedito Calixto, 1893 - Pinacoteca do Estado de São Paulo

Em 15 de novembro de 1889, o Exército, liderado pelo Marechal Deodoro, “derruba” a Monarquia e institui um governo republicano. Há quem diga que foi um golpe “na calada da noite” e que o povo simplesmente assistiu a tudo aquilo “bestializado”.

A cena épica retratada por Benedito Calixto tem ares revolucionários, poéticos, altivos, talvez como uma forma de legitimar o novo governo que nascia. Todo regime precisa criar seus símbolos e mitos. O que importa é que o nosso Campo de Santana — ou seria talvez Praça da República? — faz parte dessa história e de tantas outras.

Para quem quiser “revisitar” essa parte da história do nosso país, vale a pena a visita à Casa Histórica de Deodoro, bem pertinho do Souza Aguiar. É uma autêntica casa colonial carioca que foi felizmente preservada por ter sido a residência do Marechal Deodoro. Hoje, a Museologia do Exército Brasileiro administra o imóvel, usando-o para narrar esses acontecimentos históricos que culminaram na República.



Casa Histórica de Deodoro, na Praça da República. Foto da página TripAdvisor.

UMA VIZINHANÇA MUI ILUSTRE

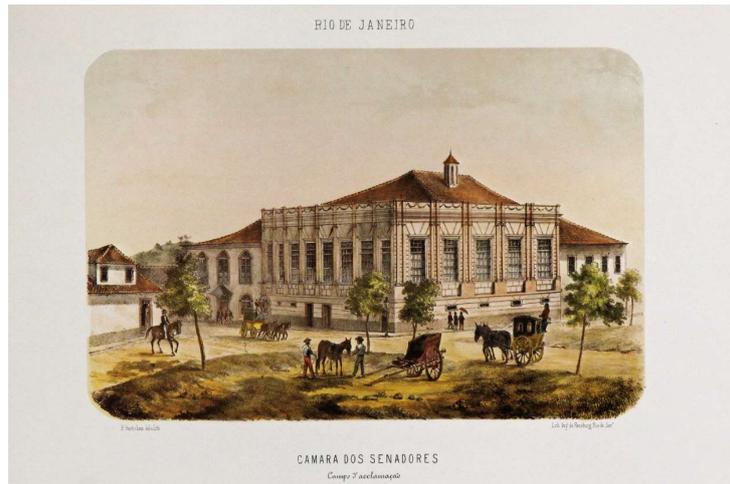
É imensurável a relevância de tantos prédios, públicos e privados, que podem ser considerados vizinhos do Hospital Souza Aguiar. Decidimos falar brevemente apenas de três; um deles já nem mais existe, mas ficará como menção honrosa e póstuma.

1. PALÁCIO CONDE DOS ARCOS



Santos, Guilherme. Senado Federal, 1915. Instituto Moreira Salles

O Palácio do Conde dos Arcos, de 1819, foi residência do último Vice-Rei do Brasil, mas, em 1826, tornou-se o Senado Imperial. Além da Aclamação de D. Pedro I (que mencionamos há pouco), foi palco da promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871. Com a ida do Senado para o Palácio Monroe, em 1925, continuou ocupado por repartições públicas até, nos anos 1940, tornar-se a Faculdade Nacional de Direito da UFRJ. Ao longo dos anos, o palácio passou por muitos acréscimos e muitas alterações em sua arquitetura.



Câmara dos Senadores no Campo da Aclamação, 1856. Gravura de P. G. Bertichen. Coleção Brasileira Itaú, Itaú Cultural

2. ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DOM PEDRO II



Ferrez, Marc. Estação da estrada de ferro D. Pedro II, 1890 circa. Rio de Janeiro, Centro, RJ, Brasil / Leibniz-Institut fuer Laenderkunde, Leipzig

A Igreja de Santana era a razão pela qual o Campo de Santana havia sido assim batizado. Sua demolição parecia inevitável em meados do século XIX, pois ficava exatamente no lugar onde o Imperador tinha seus planos ferroviários. O Imperador precisou prometer à Irmandade a construção de um novo templo (que está de pé até hoje, ao lado do edifício “Balança-mas-não-cai”). Após ser demolida, puderam ser iniciadas as obras. Em 1858, foi inaugurada a estação terminal da Estrada de Ferro D. Pedro II, que ligava a Corte a São Paulo e a Minas Gerais. Primeiro ficou conhecida como Estação do Campo (de Santana), mas o que “pegou” mesmo foi “Estação D. Pedro II”. Nos anos 1930, foi também demolida para dar lugar ao edifício da Central do Brasil.



Holland, S. H. [Estação D.Pedro II : Inicial da E. F. Central do Brasil], 1930. Rio de Janeiro (RJ) / Biblioteca Nacional

3. CASA DA MOEDA DO BRASIL



Leuzinger, Georges. Casa da Moeda, atual Arquivo Nacional, a partir do Campo de Santana, 1866 circa / Instituto Moreira Salles

A Casa da Moeda era uma instituição quase itinerante até instalar-se no grandioso palácio no Campo da Aclamação, em 1868. O imóvel havia aberto suas portas dois anos antes, em grande estilo, pois serviu de sede da Exposição Nacional de 1866. A Casa da Moeda ocupou o palácio neoclássico até 1984. Um ano depois, tornou-se a sede do Arquivo Nacional, situação que permanece até hoje.



Rodrigues & Co. Casa da Moeda, [1890-1900] / Arquivo Nacional

DO POSTO CENTRAL AO PRONTO SOCORRO: UMA NOVA SAÚDE PÚBLICA

Após as reformas sanitárias de Oswaldo Cruz, durante o governo do Prefeito Pereira Passos, a população carioca precisava continuar no caminho de sua evolução sanitária, com um serviço médico eficiente, integrado e acessível, nos padrões verificados em outras cidades e países pelo mundo.

Em 1º de novembro de 1907, é inaugurado o Posto Central de Assistência Pública, na Rua Camerino. A cerimônia de inauguração contou com a presença do Presidente da República, Afonso Pena, e do então Prefeito do Distrito Federal, Francisco Marcelino de Sousa Aguiar, que, décadas depois, viria a ser homenageado por essa instituição.



Prédio do antigo Posto Central de Assistência Pública, na Rua Camerino. Imagem de março de 2022. Google Street View.

Lá a população podia ir para ser atendida em situações de urgência. Fazer curativos, pequenas operações e consultas médicas. De lá partia socorro externo e era realizada remessa de pacientes para hospitais diversos.

Entre 1907 e 1911, o Posto Central chegou a realizar mais de 34.000 socorros externos, com suas ambulâncias francesas. O total de pessoas socorridas nessas operações ultrapassou 51.000. O estabelecimento estava aberto à população e ela compareceu a mais de 3.000 consultas. O Posto Central teve, nesses quatro anos, 10.000 motivos para comunicar-se com uma delegacia de polícia.

O povo aos poucos entendia que podia contar com a Saúde Pública. E, assim, a demanda só crescia, junto com a população.

Essas estatísticas mostravam, ano a ano, que esse projeto precisava de alçar voos ainda maiores. Era necessário um aumento da capacidade de atendimento e as instalações na Rua Camerino já não supriam as necessidades do serviço e, sobretudo, de seu constante crescimento. O Prefeito Souza Aguiar decide transferir o Posto Central a um novo endereço na Praça da República, onde a assistência encontraria mais espaço e estrutura para operar.

Três anos depois da inauguração do Posto Central na Rua Camerino, ele foi transferido para a Praça da República em 17 de outubro de 1910.

Ao longo de uma década, o crescimento da demanda por atendimento médico foi significativo. Desde 1900, a população carioca havia crescido 40%, segundo o Censo de 1920 (1.157.873 habitantes, comparados aos 811.443 de 20 anos antes). Tratava-se de uma massa de necessitados que precisavam ser enxergados pelo Poder Público.

Antes de terminar seu curto mandato, em junho de 1920, o Prefeito Sá Freire diante dos

números que lhe eram apresentados, tomou a iniciativa de realizar as primeiras tratativas para a criação de um hospital de pronto socorro que funcionasse em coordenação com o Posto Central, mas com o foco no tratamento das vítimas de acidentes e doenças súbitas.

Tão logo tomou posse, o próximo Prefeito do Distrito Federal, Carlos Sampaio, não falhou em dar seguimento ao projeto, mas com um acréscimo: decidiu associar a construção de um Hospital Pronto Socorro às comemorações do centenário da Independência.

O Prefeito então designou, em agosto de 1920, uma comissão composta pelos engenheiros Alfredo Niemeyer, Adalberto Ferreira e Jeronymo Rebello, para organizar o projeto de um hospital de pronto socorro, anexo ao posto central de assistência, no terreno já destinado a esse objetivo, na Praça da República.

Em novembro de 1920, o Dr. Luiz Barboza, Diretor do Departamento Municipal de Assistência Pública (equivalente ao secretário municipal de saúde) apresentou ao Prefeito Carlos Sampaio um projeto extenso de remodelação dos serviços de saúde, tendo como um de seus pontos principais “as modificações a serem introduzidas ao Posto Central, anexando-lhe um hospital de pronto socorro e um dispensário clínico, completando o primeiro com uma seção para tratamento cirúrgico e ortopédico dos funcionários municipais e o segundo com a farmácia popular, a clínica dentária e o curso de oficial enfermagem”.



Nota no Correio da Manhã (RJ), 7/9/1921 - em http://memoria.bn.br/DocReader/089842_03/7591

Conforme esperado, a pedra fundamental do hospital pronto socorro foi lançada no dia 7 de setembro de 1921, no intuito de associar esse projeto às comemorações do Centenário da Independência. Pensavam que ficaria pronto em um ano, mas não foi o que aconteceu.

O ano é 1924 e o Prefeito do Distrito Federal é Alaor Prata, desde novembro de 1922. Em sua mensagem ao Conselho Municipal, de 1º de junho daquele ano, afirmou ter sido falta de verba o problema que impediu até agora que fosse finalizado o hospital pronto socorro. Acrescentou que há evidentes defeitos no que já foi entregue e diz que a impressão tida é “a de um amontoado de camas e de material de curativos, espalhados em desordem por uma causa comum”.

Enquanto isso, a população sofria. Um leitor escreveu carta ao periódico “O Social”,

publicada em 3 de agosto de 1924, relatando seu alívio em saber da intenção do governo em retomar o projeto:

A noticia de que o novo director da Assistencia Municipal vae envidar esforços em favor do Hospital de Prompto Socorro, vem, mais uma vez, chamar a attenção para o problema hospitalar no Rio. Varias vezes a imprensa o tem abordado. Nunca, porém, deve cansar de insistir nessa tecla, conscia que um dia o Rio terá os hospitaes de que precisa.

Quem vive nesta cidade, quem recebe e externa, diariamente, as supplicas da sua população, não conhece nenhum problema que reclame solução mais prompta do que o da assistencia hospitalar.

O Social (RJ) - 3/8/1924 - em <http://memoria.bn.br/DocReader/166332/2461>

Ao final de janeiro de 1925, o Prefeito abre crédito extraordinário no orçamento municipal, por decreto. A intenção é finalizar “em breves dias” o que for necessário para que o hospital pronto socorro seja finalmente inaugurado e mantenha-se em funcionamento.



A União (RJ) - 24/9/1925 - em <http://memoria.bn.br/DocReader/799670/6708>

No dia 20 de setembro de 1925, é finalmente inaugurado o Hospital Pronto Socorro. A cerimônia contou com a presença de autoridades locais e nela tomou posse o Dr. Gastão Guimarães, o primeiro diretor da instituição.



Hospital Pronto Socorro. Augusto Malta - década de 1920.



Hospital Pronto Socorro. Augusto Malta - década de 1920. Acervo IBGE.

Hospital de Prompto Socorro



O Dr. Almor Prata, Prefeito Municipal, tem satisfeito a expectativa da população carioca, com a execução de varios melhoramentos, todos em beneficio do povo, que tambem perpetuarão a passagem de S. Ex. pelo governo da cidade. Acaba o Dr. Almor Prata, de inaugurar o Hospital de Prompto Socorro, medida essa, que muito vem beneficiar a população; e preencher uma lacuna, ha muito sentida, numa capital, com os surtos progressivos como o Districto Federal.

Ilustração Moderna (RJ) - 3/10/1925 - em <http://memoria.bn.br/DocReader/342467/4131>



O Presidente Washington Luís visitou o Hospital Pronto Socorro, em fevereiro de 1928. Fon Fon (RJ) - 4/2/1928 - em <http://memoria.bn.br/DocReader/259063/63567>

Em seu décimo aniversário, no ano de 1935, o Hospital Pronto Socorro resolve criar um banco de sangue para atender às crescentes demandas. A solução encontrada? Criar um corpo permanente de doadores, alguns voluntários e outros até mesmo pagos para doar sangue. Uma nota publicada no Jornal do Commercio, em outubro de 1935, chega a mencionar uma “remuneração razoável”.



Em pleno funcionamento, ao longo dos anos, o Hospital Pronto Socorro passa a lidar com uma cidade que cresce vertiginosamente, sem necessariamente atualizar ou expandir sua infraestrutura. Na Imprensa carioca o que mais se noticiava eram “tragédias” e “desastres”, incidentes fatais e muito frequentes aqui na nossa cidade.

No “Terrível Desastre do Méier”, em 17 de março de 1951, dois trens se chocaram matando três pessoas e ferindo noventa. Eram também deslizamentos de terra, incêndios em lojas, acidentes em corridas automobilísticas, naufrágios com vítimas fatais em idade infantil, incêndios em favelas... não importava o que fosse. O Hospital Pronto Socorro estava lá para dar assistência à população.

Nesta gravura pode observar-se as proporções do terrível desastre provocado pela imprudência das maquinistas ao manobrar o trem...
 Nesta gravura pode observar-se as proporções do terrível desastre provocado pela imprudência das maquinistas ao manobrar o trem, o que só pôde ser conseqüência da má administração dos destroços e ferragem inútil.

O TERRÍVEL DESASTRE DO MEYER

TRÊS MORTOS E MAIS DE NOVENTA FERIDOS NO CHOQUE DO TREM ELÉTRICO DE NOVA IGUAÇU COM A COMPOSIÇÃO DE MANGARATIBA ★ VAGÕES PROJETADOS NA RUA ARQUIAS CORDEIRO ★ DETALHES EMOCIONANTES ★ ACIDENTADO O LOCUTOR RAUL BRUNINI QUANDO REGRESSAVA DE UMA REPORTAGEM PARA A RÁDIO GLOBO ★ A ORIGEM DO DESASTRE

A notícia espalhou-se pela cidade momentaneamente, em a população muito de febre: Impressionante desastre ferroviário ocorreu no Méier, entre duas composições da E.F.C.B., e a população experimentava momentos de ansiedade inenarrável. Repetiu-se a fúria comovida de uma semana antes, quando se verificou o acidente memorável no homônimo da Uva, mas enquanto nesse não ocorreu, providencialmente, o registro de mortos nem feridos, o dia Central assumiu, nesse particular, trágicas proporções.

Foram as emissoras que primeiro informaram o fato, deixando impressionados a milhares de ouvintes. E desde logo o povo começou a deslocar-se para o local do sinistro, acompanhando de perto o trabalho exaustivo e heróico dos médicos e bombeiros. Estes não mediram esforços e tudo faziam para salvar as vidas em perigo. Injeções de morfina e

O desastre teve lugar defronte à estação do Méier, provocando a obstrução de todas as linhas férreas, porque faltou corrente elétrica, devido ao desabamento parcial dos fios de alta tensão. Nenhuma composição pôde, por muito tempo, movimentar-se.

Pouco depois, também as luzes das ruas nas proximidades da estação, se apagaram, ficando deficiente o serviço telefônico, por ter sido atingida a rede da Light pelos vagões de uma das composições que se projetaram no passeio da rua Arquias Cordeiro, depois de derrubar a grade que divide aquela arteira do leito ferroviário.

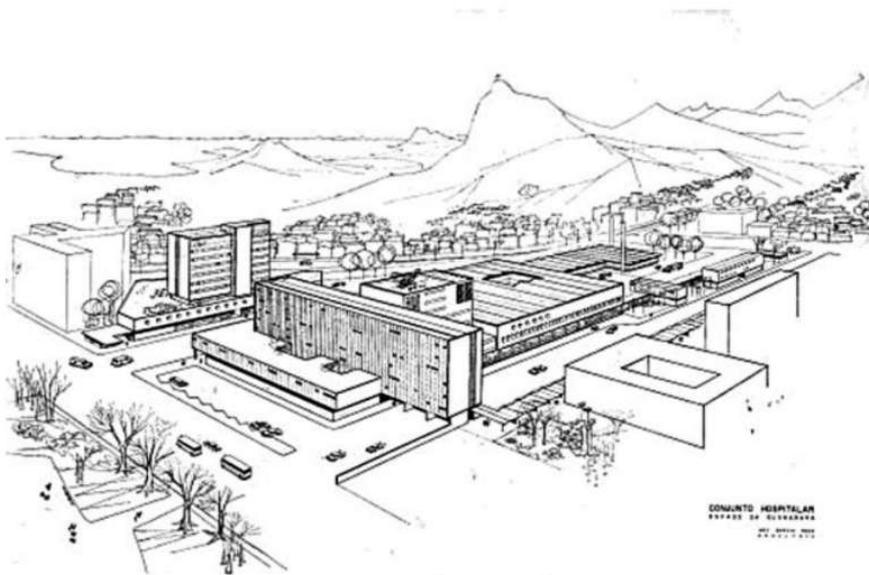
Foi, realmente, um desastre espetacular, e acreditamos que a documentação fotográfica que estampeamos, possa dar ao leitor uma impressão mais ou menos exata desse sentido. Cenas dramáticas e pungentes se desenvolveram por muitas horas. A violência do choque, a repercussão do acidente, tudo era motivo para comentários

AGORA É SOUZA AGUIAR!



Em 1955, vem o merecido reconhecimento. O Hospital Souza Aguiar mudou de nome em homenagem ao grande engenheiro e arquiteto que transformou a Saúde Pública no Rio de Janeiro (além de ter projetado alguns dos mais lindos edifícios da nossa cidade).

DÉCADA DE 1960: O PROJETO DE UM SOUZA AGUIAR MODERNO



Desde a década de 1950, falava-se sobre um novo edifício para o Souza Aguiar. Era uma medida urgentemente reclamada, dada a insuficiência de suas antigas instalações.

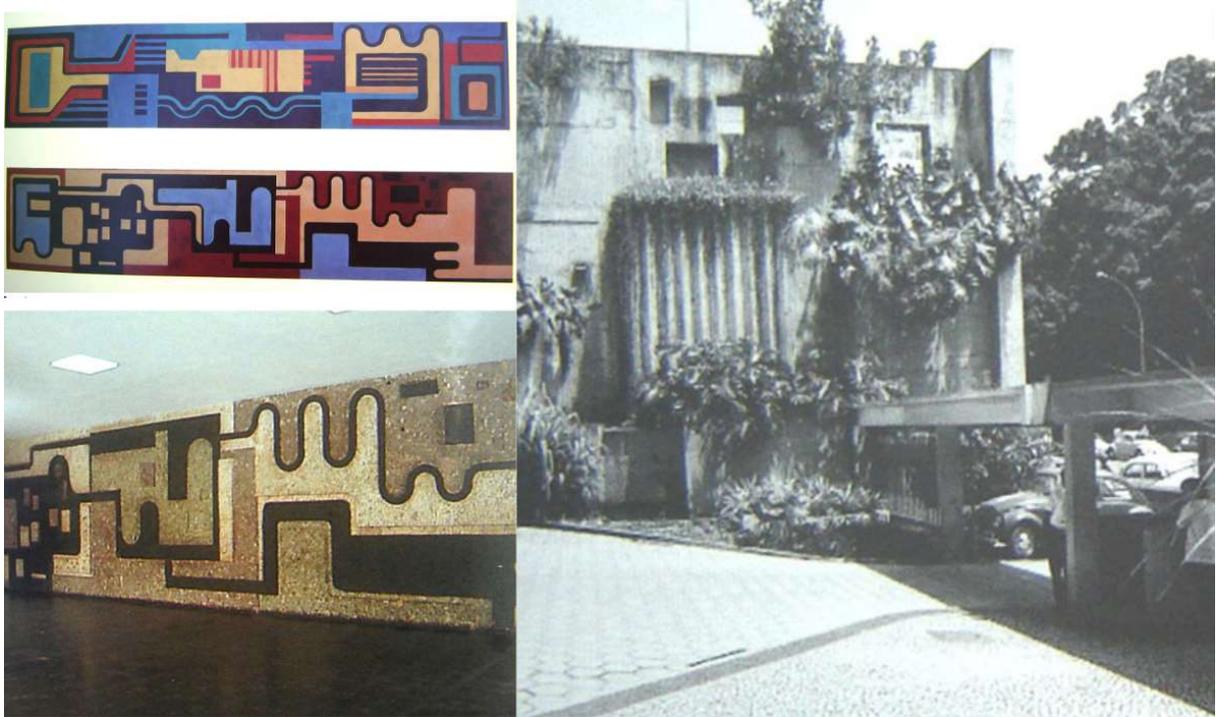


A partir de 1961, tiveram início as obras do novo Souza Aguiar, que tinha como objetivo ampliar a capacidade de atendimento e modernizar as instalações hospitalares. Parte do prédio antigo ainda foi usado por alguns anos até sua demolição.



1963: ANO DA SAÚDE NO RIO: — O ano de 1963, para a administração Carlos Lacerda, está sendo “o ano da reestruturação e melhoramento dos serviços hospitalares”. Sob a direção do Médico Raimundo de Brito, a Secretaria de Saúde já iniciou a ampliação de antigas e fundação de novas unidades de assistência médica, num programa da ordem de três bilhões e trezentos milhões de cruzeiros, com parte do financiamento feito através dos lucros da Loteria Estadual. Entre as obras que já tiveram início, destaca-se a construção do novo Hospital Souza Aguiar, com término previsto para 20 meses e investimento calculado em 400 milhões de cruzeiros. Na foto, o Secretário da Saúde do Estado da Guanabara, acompanhado de técnicos de sua Pasta, inspeciona o local das obras do HSA, que darão aos cariocas um hospital com real capacidade de atendimento à população pobre. (Foto: JOÃO DE ALMEIDA.)

O PERCURSO ARQUITETÔNICO DE BURLE MARX



Junto do seu novo e moderno edifício, o Souza Aguiar trouxe a todos nós um presente de muito valor, inaugurado em 1966: um percurso arquitetônico e artístico composto de belíssimas obras de arte concebidas pelo artista e paisagista Roberto Burle Marx (1909-1994), em uma de muitas parcerias com o arquiteto Ary Garcia Roza, responsável pelo novo edifício.

O percurso começa com um jardim vertical que utiliza um antigo muro vizinho. Segue por um pátio, com outro jardim vertical, e passa pelo saguão de entrada, onde está um mural em mosaico no qual o artista misturou, verticalizadas, pedras portuguesas com pedras semipreciosas (notadamente quartzo verde e quartzo rosa). Termina, enfim, na capela do hospital, também de Burle Marx.

É arte pública para todos e é patrimônio da nossa cidade. Assim como tantas outras obras paisagísticas de Burle Marx espalhadas pela cidade, o percurso do Souza Aguiar é tombado pelo Município desde 2009.



Como melhor encerrar esta publicação? Vamos falar das pessoas que fizeram o Souza Aguiar ser o que ele é: um centro de excelência, importante referência, exemplo de eficiência e competência.

A Imprensa carioca se apaixonou pelo tal “Hospital Pronto Socorro” e muitas vezes foi visitá-lo. Sabe o que viram? Gente abnegada. Equipes exauridas, mas firmes no propósito de suas santas missões: suavizar o infortúnio alheio.

O Souza Aguiar é celeiro de verdadeiros heróis anônimos. Homens e mulheres incomparáveis. É também casa de célebres mestres, que, além de administrar, também pesquisavam, estudavam; eram parte das novas descobertas científicas.

Tivemos, no Souza Aguiar, cientistas de ponta em tantas áreas; uma impressionante fábrica de talentos, que aprendeu na ponta, atendendo à população mais pobre

Parabéns a todos que fizeram — e ainda fazem — parte dessa história, que é a história de um colosso.